

J. Freitas



Jane Araújo



Márcia Kalume

DIÁLOGO O presidente eleito da Fiesp, Paulo Skaf (E), conversa com Edison Lobão e Arthur Virgílio (foto acima) sobre as PPPs, tema também debatido por Guido Mantega e Aloizio Mercadante (D)

Governo admite limitar a 1% da receita os gastos com parcerias

- 1 Mercadante crê em acordo com oposição e descarta edição de MP
- 2 Virgílio critica José Dirceu e "retórica de dirigente da KGB"
- 3 Presidente eleito da Fiesp pede pressa na votação de projeto

Página 3

Alvaro defende prerrogativa do Ministério Público

"As ações da polícia e do Ministério Público (MP) se complementam", disse o senador Alvaro Dias, ao comentar a polêmica quanto ao poder constitucional da instituição de realizar investigações criminais. O trabalho no sentido de produzir provas, segundo Alvaro, aumenta a autoridade do MP no momento de fazer a acusação formal. A ação que questiona a atuação dos procuradores em matéria penal, movida pelo deputado federal Remi Trinta, encontra-se em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Página 5



CONSCIÊNCIA Ao receber Chissano (D), Sarney disse que o Brasil sabe de seus deveres com as nações africanas

Sarney apóia decisão de Lula de perdoar dívida de Moçambique

Página 8

Azeredo cobra execução do Orçamento deste ano

Até o fim de agosto, apenas 9% das despesas previstas no Orçamento de 2004 foram efetivamente realizadas. A informação foi dada ontem pelo senador Eduardo Azeredo, ao cobrar do governo federal a execução da lei orçamentária. "Trata-se de um misto de avareza com inexperiência administrativa", acrescentou. Como exemplo, Azeredo citou os R\$ 5,6 bilhões arrecadados com a Cide para construir e reparar rodovias, "enquanto elas continuam matando e causando prejuízos" por falta de conservação.

Página 4



EFICÁCIA Para Efraim, não há como atingir objetivos se programa pagar menos que 50% do valor do mínimo

Efraim quer Bolsa-Família de meio salário mínimo

Os benefícios concedidos pelo programa Bolsa-Família não poderão ser inferiores a 50% do salário mínimo, de acordo com o Projeto de Lei 244/04, de autoria do senador Efraim Morais (PFL-PB), que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

Na justificativa, Efraim observa que o Executivo tem definido o Bolsa-Família como o maior e mais ambicioso programa de transferência de renda da história do país. Ele cita afirmação contida em página do governo na Internet, segundo a qual a iniciativa destina-se a promover a emancipação das famílias mais pobres do Brasil.

O benefício foi estipulado em R\$ 50 mensais, para famílias com renda *per capita* de até R\$ 50, havendo ainda o benefício variável, para famílias pobres que tenham gestantes, nutrízes, crianças de até 12 anos ou adolescentes até 15 anos, que será de R\$ 15 por beneficiário, até o limite de R\$ 45 por família.

– Não há como se atingir os objetivos do programa sem que o benefício chegue à metade do salário mínimo – ressalta o senador.

Agenda

Plenário do Senado

A sessão de hoje será não deliberativa e tem início previsto para as 14h30. Não haverá votação de projetos, somente os discursos dos senadores e comunicados da Mesa diretora. Amanhã, às 9h, o Plenário também realiza sessão não deliberativa. Os trabalhos dos parlamentares são transmitidos ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Significado da Era Vargas encerra seminário

Hoje, no último dia do seminário "Vargas e o Desenvolvimento Nacional Brasileiro", promovido pela Secretaria de Informação e Documentação do Senado, serão discutidos o significado da Era Vargas e a relação entre o ex-presidente e o imaginário político. O evento, no auditório do Interlegis, começa às 14h30 e é aberto ao público.



CONQUISTA João Ribeiro destaca vitória na suspensão de liminar que impedia funcionamento de cursos

Ribeiro comemora manutenção de faculdades no TO

O senador João Ribeiro (PFL-TO) registrou a vitória dos alunos, professores e direção das Faculdades Integradas do Ensino Superior de Porto Nacional (Fiespen), no Tocantins, na suspensão da liminar que impedia a realização das atividades normais daquela instituição de ensino superior.

– Destaco que essa vitória foi possível porque contou com o apoio incondicional da Assembleia Legislativa do Tocantins e da Procuradoria Geral do estado – enfatizou.

De acordo com o parlamentar, não é interrompendo os oito cursos ministrados nessas faculdades, em que 400 alunos se preparam para contribuir com o desenvolvimento do Tocantins, que se resolverão questões relacionadas ao reconhecimento dos cursos.

Necessidades

João Ribeiro considerou inaceitável o fechamento dos cursos oferecidos pela Fiespen, principalmente o de Medicina, quando Tocantins se vê obrigado a tomar a decisão de rescindir os contratos com os médicos cubanos que hoje atendem à rede pública, no interior do estado.

– Essa é a realidade que se vive em Porto Nacional e nos municípios vizinhos que, por sua posição geográfica, infelizmente, não conseguem atrair médicos de qualquer especialidade para lá atuar.

João Ribeiro reafirmou a necessidade de manter atividades educacionais de nível superior na região central do Tocantins, em razão do caráter estratégico que representam para o desenvolvimento econômico da região.

O senador também anunciou que seu gabinete está à disposição das instituições de ensino do Tocantins para defendê-las em seus legítimos direitos junto às instâncias federais.

Comissão pode discutir tributação de planos de previdência

Pode ser instalada hoje, às 11h, uma comissão de senadores e deputados destinada a examinar a medida provisória que trata da tributação dos planos de previdência (MP 209/04). Pela MP, esses planos terão alíquotas de imposto entre 35% e 10%, de acordo com o prazo de acumulação dos recursos. O objetivo é premiar com um índice menor as aplicações com maior prazo de acumulação.

Normas do Mercosul nas leis de países-membros



A representação brasileira na Comissão Conjunta do Mercosul e o Ministério das Relações Exteriores promovem hoje, a partir das 9h, seminário para discutir a inclusão das normas do bloco nas leis dos países-membros. Estão previstas palestras do diretor-adjunto do Departamento de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Márcio Garcia, e do coordenador da seção brasileira do Fórum Consultivo Econômico-Social, Valdir Vicente de Barros.

Videoconferência no Interlegis

O Interlegis realiza hoje, das 9h às 12h, videoconferência que vai discutir a primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Educação e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados participam do evento.



Proteção à infância

No *Cidadania* de hoje, que a TV Senado exibe às 19h30, o diretor-editor da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), Veet Vivarta, e o diretor de Justiça e Classificação do Ministério da Justiça, José Eduardo Romão, falam sobre mídia e proteção à infância.

Atendimento ao cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211. O atendimento funciona 24 horas por dia. A Câmara também oferece o serviço, pelo número 0800 619619.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Presidente eleito da Fiesp pede votação da parceria

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), recebeu ontem em seu gabinete o presidente eleito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. No encontro, Skaf pediu que o projeto das parcerias público-privadas (PPPs) seja aprovado o mais rápido possível.

Edison Lobão concordou e disse que o projeto que trata das PPPs está sendo examinado pelo Senado "até com uma certa rapidez". Lembrou que o projeto, que já passou pela Comissão de Educação (CE), vai ganhar celeridade, já que será apreciado, em conjunto, pelas Comissões de Justiça, de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

— A Fiesp, portanto, está convidada a se manifestar e dar a sua opinião, que é valiosa, na formulação de uma lei que con-

sidero de grande importância para o país — avaliou Edison Lobão, para quem o projeto das parcerias público-privadas apresenta mais um instrumento para promover o crescimento do país, a geração de empregos e a ampliação da economia.

Paulo Skaf destacou que a aprovação da medida é fundamental para o país, já que tem por meta, como observou, melhorar um dos setores que apresenta maiores problemas para o crescimento econômico, que é o da infra-estrutura, como construção e conservação de estradas.

Ele advertiu, entretanto, que o projeto necessita "ter algumas pequenas arestas aparadas" para que seja montado em cima de regras claras e gere confiança nos investidores. Mas não quis antecipar quais seriam essas arestas, informando que vai tratar do assunto nos próximos dias com Lobão.



AUDIÊNCIA Sarney recebe Skaf, Lobão e o vice eleito da Fiesp, Guilherme Ometo

Sarney manifesta otimismo com crescimento do PIB

O presidente do Senado, José Sarney, demonstrou otimismo com a divulgação de índices mostrando aumento do produto interno bruto (PIB) brasileiro e com a possibilidade de consolidação dessa tendência nos próximos anos, significando a retomada do crescimento econômico. Sarney lembrou ontem que a última vez em que o PIB cresceu a 5% foi durante seu mandato como presidente da República.

— Estamos de novo este ano num patamar de quase 5%, e eu estou confiante de que seja um desenvolvimento sustentado, consolidado — afirmou.

José Sarney ressaltou também a importância, para os bons resultados da economia, da tranquilidade desfrutada pela sociedade brasileira atualmente.

— Estamos num momento de paz social, com reivindicações de classe, mas sem as confrontações que existiram no passado, e isso é fruto da liderança carismática do presidente Lula — assinalou.

Indústria

O crescimento econômico foi um dos temas principais de audiência concedida pouco depois por Sarney ao presidente eleito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, preocupado com a adoção de medidas capazes de garantir a manutenção dos índices do PIB.

Segundo Skaf, são necessários investimentos em infra-estrutura para assegurar o crescimento. O empresário defendeu também a diminuição da carga tributária e das taxas de juros e o aumento do crédito.

Mercadante aceita limite de 1% para investir nas PPPs

Líder do governo reúne-se com Mantega e Tourinho e admite atender exigência da oposição

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que aceita a limitação de gastos de apenas 1% da receita líquida de cada um dos entes federativos (União, estados e municípios) nas parcerias público-privadas (PPPs), a fim de atender às exigências da oposição, que quer garantias de respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal nos contratos de parceria. Mercadante recebeu ontem o ministro do Planejamento, Guido Mantega, e o relator do projeto das PPPs na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).



Rosevelt Pinheiro

NEGOCIAÇÃO Mercadante descarta possibilidade de o governo editar MP sobre parcerias público-privadas

Mercadante e Mantega afastaram qualquer possibilidade de que o governo edite uma medida provisória impondo as parcerias público-privadas.

— Há um projeto em negociação no Congresso. O senador Rodolpho Tourinho, por exemplo, acaba de apresentar 13 emendas — e se os parlamentares apresentam emendas é porque há disposição de enten-

dimento — disse Mercadante.

Guido Mantega informou que o limite de 1% da receita líquida da União, estados e municípios nas PPPs seria, hoje, o equivalente a R\$ 3 bilhões da União, R\$ 400 milhões do estado de São Paulo, R\$ 180 milhões de Minas Gerais e R\$ 150 milhões do Rio de Janeiro.

— E não seria 1% por ano de cada orçamento. Seria um investimento único de 1%, um subsídio para a eventual escassez de demanda inicial da obra concluída — observou, explicando que, se o governo constrói uma ferrovia e ela, inicialmente, tem apenas 15% de sua capacidade ocupada, o governo completaria os restantes 85% até que a demanda fosse plena e a lucratividade total.

Mercadante disse esperar que as PPPs sejam votadas antes das eleições, mas o governo poderá aguardar novembro.

Líder do PSDB rebate críticas de José Dirceu ao partido

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) rebateu, com veemência, as alegações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que o PSDB estaria pondo obstáculos à aprovação do projeto das parcerias público-privadas, para impedir o crescimento do país e o êxito do governo Lula.

— O ministro foi grosseiro, inábil e incompetente e, se realmente deseja que o Senado aprove as PPPs, deve sair dessa interlocução. Sua presença somente complica, porque sua retórica de dirigente da KGB não nos atemoriza nem um pouco. O Senado é ativo e não vai cair de joelhos diante do governo — garantiu.

Segundo o líder do PSDB, o único tema que seu partido está esperando para discutir com José Dirceu é o caso Waldomiro Diniz, suas relações com bicheiros e com o próprio ministro.

Virgílio disse que não é possível aprovar o projeto das PPPs como se encontra, porque não existem marcos regulatórios claros para respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei das Licitações, nem regras fixas para atrair investimentos sérios, de longo prazo.

Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que o projeto está feito para transferir recursos públicos para a iniciativa privada, sem



Rosevelt Pinheiro

REAÇÃO "O ministro foi grosseiro, inábil e incompetente", afirma Arthur Virgílio

uma legislação que traga responsabilidade. Segundo ele, é preciso sanar os grandes erros que o projeto contém.

Heráclito Fortes (PFL-PI) estranhou que os empresários que financiam a reforma do Palácio da Alvorada estejam percorrendo os gabinetes de senadores, reivindicando a aprovação das PPPs, em visitas que classificou como indevidas.

▼ O que são as parcerias público-privadas

O projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs) estabelece que as empresas privadas poderão investir em obras de infra-estrutura indicadas pelo governo, em áreas a serem também designadas pelo governo, e ter a garantia de que, depois de concluídas, poderão operá-las durante 30 anos sem prejuízo, por meio de subsídios oficiais. Findo esse prazo, todo o empreendimento reverterá para o governo. Ou seja, se uma empresa constrói uma ferrovia,

terá a garantia de que União, estados e municípios beneficiados, ou apenas um desses entes, cobrirão a diferença entre o faturamento real da ferrovia e o faturamento total, garantindo a lucratividade do empreendedor por 30 anos.

A oposição tem argumentado que seria preciso impor limites à ação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento da iniciativa privada e que o governo poderia exagerar nos gastos,

violando a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou ainda fazendo uso político da ligação com as empreiteiras que vencessem as licitações.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, afirma que nada disso ocorrerá e que as PPPs são fundamentais para o crescimento econômico: "Como crescer mais de 5% ao ano sem ferrovias, rodovias ou portos equipados para dar vazão à produção? O governo sozinho não tem recursos para investir tanto", argumenta.

Azeredo cobra execução do Orçamento de 2004

■ Senador afirma que a retenção dos recursos é misto de avareza com inexperiência administrativa

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do governo federal a execução do Orçamento de 2004. Ele observou que, até o fim de agosto, somente 9% das despesas autorizadas foram efetivadas. Os recursos existem, e podem e devem ser gastos pelos ministérios.

– Trata-se de um misto de avareza com inexperiência administrativa. Por exemplo, o governo não gasta os R\$ 5,6 bilhões arrecadados com a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) para construir e reparar rodovias, enquanto elas continuam mantendo e causando prejuízos à produção, comércio e exportações – assinalou.

Antecedentes

Segundo Azeredo, sua cobrança "é especialmente pertinente num momento em que o Executivo acaba de enviar ao Congresso a proposta de lei orçamentária para 2005, prevendo investimentos em obras públicas da ordem de R\$ 11,4 bilhões". Os antecedentes da execução orçamentária do atual governo levam a pensar, de acordo com o senador, que o fato de o dinheiro existir não quer dizer que será usado.

Ao afirmar que o Executivo continua promovendo espetáculos de retórica, como aquele em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prognostica que o Brasil será a 8ª ou até mesmo a 6ª economia do mundo, Azeredo comentou que, "para isso,

O que é a Cide



A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) foi criada em 2001 para financiar a construção e reforma do sistema rodoviário brasileiro e começou a ser cobrada no ano seguinte. Com o crescimento da dívida pública, o governo vem utilizando a Cide para fazer superávit primário, ou seja, reduzir o endividamento. Para este ano, a previsão é arrecadar **R\$ 8,3 bilhões** da contribuição, cobrada sobre a importação e comercialização de combustíveis, como gasolina, querosene e gás de cozinha.

O que é o Fust



O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) foi instituído por lei em 2000 para subsidiar o acesso da população carente a serviços de telecomunicações, o que inclui, por exemplo, a informatização de escolas e a ampliação do uso da Internet no país. A fonte de recursos do Fust é a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicação. Em 2004 a previsão é de que o fundo arrecade **R\$ 400 milhões**.

Fontes: Confederação Nacional do Transporte / Ministério dos Transportes / Ministério das Comunicações

é preciso agir, ou o presidente será obrigado a se desmentir, como já teve de fazê-lo em relação ao objetivo de criar 10 milhões de empregos, hoje confirmados como quimera".

O parlamentar cobrou ainda a imediata alocação dos recursos do Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações (Fust), criado para custear a informatização de escolas, bibliotecas e postos de saúde públicos.

Imobilismo

– O governo permanece imobilizado, debatendo-se em divergências internas. A pretexto de inovar, tenta inventar mais uma forma de aumentar seu poder de controle sobre a sociedade por meio de um projeto intitulado Casa Brasil, para implantar centros de serviços virtuais para a comunidade. Seria mais apropriado chamá-los de Casa PT.

Roosevelt Pinheiro



TAREFA Organizações também atuam na área social e no setor de tecnologia, lembra Edison Lobão

Lobão defende mais verbas para as Forças Armadas

A destinação de mais recursos orçamentários para as Forças Armadas brasileiras foi defendida, em discurso no Plenário, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), ao destacar a importância dessas instituições não apenas na defesa do país, mas também no campo social, especialmente em pontos remotos do território nacional, e no desenvolvimento tecnológico.

– Para diversos jovens que prestam o serviço militar, as Forças Armadas servem de escola e garantia de subsistência – frisou.

Lobão disse que a relevância do serviço militar obrigatório é tão grande que, em algumas regiões da Amazônia, o Exército está recebendo, em caráter experimental, mulheres para prestação de serviço voluntário. Ele ressaltou que, em vários locais, as guarnições militares oferecem as únicas instalações hospitalares em uma raio de centenas de quilômetros.

Na área de desenvolvimento tecnológico, o senador lembrou que a Embraer, maior exportadora de bens de alta tecnologia, nasceu do interesse da Aeronáutica em dominar a construção de aviões. O carro

a álcool e o domínio do ciclo de enriquecimento de urânio, acrescentou, também foram desenvolvidos em institutos de pesquisa militares.

– Neste momento, em que o poderio militar de um país se mede antes pela capacidade de utilização de recursos que pela dimensão das tropas, e no qual o ciberespaço já pode ser considerado como um novo domínio bélico, a atenção dada à capacitação tecnológica de nossas Armas deve ser a maior possível.

Ministro visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem visita do ministro da Defesa, José Viegas, que informou terem conversado a respeito das atividades da Base de Alcântara (MA) e suas repercussões para a população local. Ele observou que está prevista para 2006 a colocação em órbita de um veículo lançador de satélites.

Para José Viegas, as críticas veiculadas aos planos do governo para a base demonstram "uma ansiedade natural, que é reflexo do desastre que ocorreu em Alcântara há pouco mais de um ano". Mas todas as precauções estão sendo tomadas pelos Ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia com relação à segurança das operações, ressaltou.

Reajuste

O ministro da Defesa afirmou que já está garantida a inclusão, na pauta do próximo esforço concentrado do Legislativo, do projeto liberando verbas para o reajuste de 10% concedido aos militares. De acordo com Viegas, a votação da matéria deve ocorrer no dia 14 de setembro, a tempo de incidir sobre o pagamento deste mês. Ele assegurou que um novo aumento será concedido em 2005 e explicou que o índice, ainda não definido, será calculado a partir dos dados que indicam uma defasagem de 30% desde 2001 até hoje.

Roosevelt Pinheiro



CIDE Eduardo Azeredo questiona a não-aplicação dos R\$ 5,6 bilhões na recuperação de rodovias

Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) citou como exemplo desse imobilismo o fato de o Ministério dos Transportes, gestor dos R\$ 5,6 bilhões da Cide, ter dificuldades de liberar R\$ 20 milhões para recuperar a ponte do Estreito dos Mosquitos que, ao ceder, isolou São Luís, capital do Maranhão.

Geraldo Magela



DISCUSSÃO Sessão de abertura, no auditório do Interlegis, teve a participação de Carlos Lessa e Aldo Rebelo (ambos no centro), além de políticos e estudiosos

Seminário debate atualidade do legado de Vargas

A permanência e a atualidade do legado do ex-presidente Getúlio Vargas foram exaltadas na abertura do seminário "Vargas e o Desenvolvimento Nacional Brasileiro", que tem o apoio da Secretaria de Informação e Documentação do Senado. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, evidenciou a inclinação do atual governo "em beber na fonte do nacionalismo varguis-

ta" para viabilizar um projeto de nação calcado em uma visão arrojada do desenvolvimento e no estímulo à auto-estima do brasileiro.

Estadista

Já o ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, disse que o evento promovido pelo BNDES celebra Vargas como um estadista com espírito de brasilidade, que buscou a construção de um país

autônomo, forte e justo.

Falando sobre o trabalhismo, o deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente nacional do PTB, destacou o empenho do partido em estar na centro-esquerda do processo político e "reconquistar as massas".

Participou ainda dos debates, entre outros, a professora Maria Helena Capelatto, da Universidade de São Paulo, para quem nada impede que políticas atuais se inspirem na Era Vargas.

Juros inalterados

Desde abril a taxa de juros mantém-se em 16% ao ano. O valor é definido mensalmente pelo Banco Central, durante a reunião do seu Comitê de Política Monetária (Copom). A próxima reunião está marcada para os dias 14 e 15 de setembro. Veja a variação dos juros nos últimos 12 meses.

**Manutenção da Selic em 16% é conservadora, avalia Teotonio**

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) avaliou como conservadora a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), colegiado formado por diretores e pelo presidente do Banco Central (BC), de manter a taxa Selic em 16% ao ano, em reunião no último dia 18.

– A decisão mostra que o conservadorismo continua pautando os trabalhos do Banco Central – afirmou ele.

Teotonio Vilela Filho lastimou que mais uma vez a justificativa para a decisão tenha sido a perspectiva para a trajetória atual da inflação, que parece, segundo informou, divergir da trajetória das metas estabelecidas.

O senador citou reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia seguinte à decisão do Copom, sob o título “BC mantém os juros pelo 4º mês seguido”, com texto demonstrando que os empresários da indústria e do comércio temem que a manutenção da Selic em 16% diminua o ritmo de crescimento da economia e estimule a alta dos juros cobrados no mercado.

Ainda conforme a reportagem, disse o senador, pesquisa feita pelo Banco Central em agosto deste ano mostrou que a expectativa de bancos e empresas de consultoria é de que a taxa não baixe antes de fevereiro de 2005.



TEMERIDADE Tourinho ressalta que o que mais o preocupa é a definição de novas regras para os leilões

Tourinho cobra acordo para setor elétrico

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou preocupação com a possibilidade de descumprimento do acordo firmado entre o governo e o Senado, quando da aprovação da medida provisória que definiu

um novo modelo para o setor elétrico. Em discurso ontem, o senador disse temer que o governo fixe regras para os leilões de energia elétrica diferentes das acertadas com os senadores. A maior preocupação de Tourinho diz respeito aos conceitos de energia nova e velha, fundamentais para definir que geradoras poderão participar dos leilões. O artigo 17 da Lei do Setor Elétrico estendeu a alguns projetos a possibilidade de participar de leilões da chamada energia nova.

– Isso foi feito para permitir a participação das usinas termoeletricas a gás natural que fazem parte do Programa Prioritário de Termoeletricidade – explicou. A medida, continuou o senador, garantirá aos investidores a possibilidade de comercializarem a sua energia a preços que melhor refletissem a realidade de seus investimentos.

Ministério Público deve investigar, afirma Alvaro

■ Para o senador, a atuação da polícia e do MP se complementam, o que pode garantir a correção do trabalho

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a atuação policial em matéria penal não pode excluir a ação do Ministério Público (MP). A opinião foi manifestada pelo senador antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) retomar ontem o julgamento da ação que argumenta que o MP não teria competência constitucional para investigar.

– As iniciativas da polícia e do Ministério Público se complementam. A polícia tem determinados instrumentos que o MP não possui para a investigação criminal. A complementaridade interessa inclusi-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

CONFIANÇA Alvaro Dias afirma que a produção de provas aumenta a autoridade dos promotores

ve como garantia da correção dos procedimentos – afirmou Alvaro, esclarecendo, porém, que a decisão do STF não deve ser discutida, mas acatada.

O trabalho do MP no sentido de produzir provas, na visão do senador, aumenta a autoridade da instituição no momento de fazer a acusação formal. A ação que questiona a atuação do MP

em matéria penal foi movida pelo deputado federal licenciado Remi Trinta (PL-MA), num inquérito sobre desvio de dinheiro do Sistema Único de Saúde (SUS).

– O trabalho de investigação é importante para a produção de provas. O MP não deve reduzir sua capacidade de trabalho para ter mais autoridade na acusação – sustentou.

O senador citou casos em que a atuação do MP foi importante, como no desvio de recursos públicos da construção do fórum do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

– Creio que, em um país em que há tantos escândalos, a ação do MP foi um avanço. Especialmente os jovens promotores públicos tiveram um papel muito importante. A população passou a acreditar minimamente nas instituições públicas – avaliou o senador.

Decisão do Supremo define atuação do MP

Desde abril do ano passado tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) um processo que pode acabar com a prerrogativa do Ministério Público (MP) de realizar investigações criminais. O caso se refere a uma ação que tem como réu o deputado federal Remi Trinta (PL-MA), acusado por procuradores de fraudar o Sistema Único de Saúde (SUS). O parlamentar questiona no STF o poder dos procuradores de realizar a investigação, que pela lei brasileira seria de responsabilidade das polícias.

A decisão do STF sobre o pro-

cesso deverá criar jurisprudência, atingindo assim outras investigações conduzidas por membros do Ministério Público federal ou estadual. O temor é que, caso os ministros decidam contra o poder investigatório do MP, todos os inquéritos conduzidos por procuradores e promotores, sem a participação da polícia, sejam anulados.

Em outubro do ano passado, os 11 ministros do STF começaram a analisar o processo de Remi Trinta. Dois deles (Marco Aurélio e Nelson Jobim) votaram a favor do deputa-

do. O ministro Joaquim Barbosa pediu vista, e a votação foi suspensa, somente sendo retomada ontem, quando foi novamente interrompida por um pedido de vista, desta vez do ministro Cezar Peluso. Até a hora da interrupção, o placar favorecia a prerrogativa do Ministério Público – 3 votos a favor e 2 contra. Os ministros que votaram a favor foram Eros Roberto Grau, Joaquim Barbosa e Carlos Ayres Britto. Agora Peluso terá um prazo de 30 dias úteis para apresentar seu voto e só então o julgamento poderá ser retomado.

Mozarildo critica pesquisa do governo sobre Judiciário

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) criticou ontem a divulgação dos resultados de uma pesquisa sobre o Poder Judiciário encomendada pelo governo e financiada pelo Banco Mundial. Na opinião do senador, a pesquisa (Diagnóstico do Poder Judiciário) passa uma imagem negativa desse Poder e mostra que o Executivo está centralizando indevidamente as consultas com vistas à reforma do Judiciário.

O parlamentar lembrou que foi criada, no âmbito do Ministério da Justiça, uma secretaria para cuidar da reforma. No

entender de Mozarildo, o local adequado para o recebimento de sugestões é o Legislativo.

– Sou da base de apoio do governo, mas não posso compactuar com tudo o que o governo faz – afirmou. A pesquisa aponta para um Judiciário onde os salários são altos e a eficiência e a produtividade, baixas.

O senador leu declaração do presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), desembargador Cláudio Baldino Maciel, que disse que a pesquisa “foi divulgada precipitada e equivocadamente, com muitos dados imprecisos”.



PRECIPITAÇÃO Mozarildo considera que amostragem passa imagem negativa desse Poder

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) observou que há erros na pesquisa, um deles em relação ao estado do Amapá: o diagnóstico fala em apenas 731 processos julgados, quando teriam sido 7 mil.

Financiamento público pode democratizar eleição

■ Posição é de Leomar Quintanilha, que defende a realização de todos os pleitos na mesma data

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu ontem a adoção do financiamento público das campanhas e a aprovação de projeto que reúne as eleições federais, estaduais e municipais na mesma data.

Ele disse que é imperioso que o financiamento público seja inserido no processo político brasileiro, até para uniformizar a condição financeira de qualquer brasileiro que se proponha a disputar um cargo eleitoral.

– Não é aceitável que o candidato com recursos, aquele que tenha meios ou que tenha nascido em um berço esplêndido, acabe utilizando esses recursos, esses bens e esses meios para se projetar melhor do que aquele que não tem ou quase não tem nada.

O parlamentar reconheceu



IGUALDADE Quintanilha: medida serviria para uniformizar condição financeira dos candidatos

que há na legislação em vigor mecanismos para coibir o abuso econômico, mas afirmou que não são eficazes o suficiente “para impedir que aquele que tenha mais meios consiga projetar-se, levar uma proposta ao eleitor com mais vantagens que aquele que tem recursos limitados”.

Quintanilha lembrou ainda projeto de sua autoria propondo a coincidência das eleições municipais, estaduais e federais, para que o país

tenha apenas um pleito a cada período de quatro anos. Dessa forma, informou o senador, o processo eleitoral passaria a ser mais leve, embora mais complicado, porque o eleitor teria que escolher de vereador a presidente da República numa única votação.

O parlamentar argumentou, contudo, que o nível de informação e a democratização do conhecimento mudaram muito o perfil do cidadão brasileiro.

– No meu entendimento, isso já permite ao cidadão escolher com consciência plena todos os seus candidatos de uma só vez.

Segundo o senador, isso serviria ainda para desonerar o país, que, nos períodos eleitorais, freqüentemente vê emperadas as ações das instituições públicas.

– O país praticamente pára a cada dois anos para discutir as eleições municipais, depois as eleições estaduais e depois as eleições federais. A coincidência de eleições me parece que seria uma boa alteração.



INDIGNAÇÃO Segundo Heráclito, governo do PT no Piauí não tem critérios com gastos

Heráclito critica obra de urbanização em Teresina

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou contra o lançamento, ontem, de obra de urbanização do Detran-PI, denominada Cidade-Detran, que também abrigará uma galeria cujo funcionamento será nos moldes de um *shopping*.

O projeto, que considerou megalomaniaco e de necessidade questionável, será lançado hoje em Teresina com “um *show* caríssimo”, e abrange a revitalização do prédio do Departamento Estadual de

Trânsito e a construção de áreas de lazer, lanchonetes e outras alternativas de entretenimento, informou. Segundo ele, essa iniciativa se mostra incompatível com a destinação da área física daquela autarquia, uma vez que Teresina já oferece várias opções para um projeto dessa magnitude, incluindo o setor Poticabana, construído às margens do Rio Poti, cuja manutenção tem sido cobrada pela população local.

De posse de jornais da capital piauiense dando farta cobertura ao evento de lançamento da obra pela Secretaria de Administração do estado, Heráclito Fortes se disse mais indignado ainda com a falta de critério de gastos do governo do PT no Piauí, cujo governador prega austeridade com os recursos públicos e não vem cumprindo obrigações orçamentárias, que vão do reajuste do servidor público à construção de casas populares para flagelados vítimas das últimas grandes cheias dos rios Poti e Parnaíba. Além disso, o senador estranhou o fato de a Caixa Econômica Federal financiar parte do projeto “sem que a sociedade local tenha tido acesso a qualquer informação sobre concorrência ou licitações da obra”.

José Jorge: desabrigados ainda não receberam ajuda

O senador José Jorge (PFL-PE) denunciou da tribuna que, seis meses depois das enchentes que arrasaram 113 municípios de Pernambuco, até agora a ajuda federal para construção de casas para os desabrigados ainda não chegou. Ele disse que repórteres do *Jornal do Commercio*, do Recife, fizeram uma viagem de quase 2 mil quilômetros ao longo dos rios que mais provocaram destruição e a conclusão é esta: “Flagelados da chuva entregues à própria sorte”.

Conforme o senador, a União está liberando apenas R\$ 5,23 milhões para Pernambuco, o que é suficiente para a construção de apenas 1.344 casas. As chuvas destruíram no estado 12 mil residências e, segundo José Jorge, os desabrigados continuam nas escolas, igrejas e outros locais que lhes foram destinados logo após a destruição. Os repórteres do *Jornal do Commercio* constataram que um dos municípios mais afetados, Iati, na região do agreste pernambucano, teve aprovado

pelo governo federal um plano para a construção de “apenas 10 moradias”. No entanto, mesmo essas casas “estão apenas na fase de intenção”.

– O povo pergunta: quando é que os recursos chegarão às mãos dos desabrigados? Depois das enchentes, o presidente Lula e o ministro Ciro Gomes se limitaram a visitar algumas áreas e pediram “paciência” ao povo – informou, assinalando que a última previsão “dos burocratas de Brasília” indica que as casas deverão ser concluídas em dezembro próximo, dez meses após as chuvas violentas.

O senador José Jorge lamentou que a ajuda federal “caiu na burocracia”, porque a União alijou o governo de Pernambuco do processo de ajuda aos desabrigados, como sempre aconteceu, criando uma nova relação União/municípios. Assim, o Ministério das Cidades selecionou 13 municípios de seu estado para receberem os R\$ 5,23 milhões a serem liberados pela Caixa Econômica Federal. O problema é que a Caixa “está



BUROCRACIA José Jorge diz que exigências são inadequadas para situações de emergência

exigindo dos prefeitos uma série de projetos técnicos e de documentos”, o que levou à reprovação da ajuda a oito municípios.

– A burocracia está fazendo exigências inadequadas para situações de emergência como essa. E ainda tenta colocar a culpa nos prefeitos dos pequenos municípios, que não possuem quadros técnicos para entender e atender a tudo que vem sendo pedido – lamentou.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) declarou que pensava que o governo Luiz Inácio Lula da Silva vinha discriminando “apenas o Piauí”, pois lá também a ajuda “nunca chega”.

Venda de edições do Senado na bienal supera expectativas

O advogado José Feliciano de Carvalho, uma das mais antigas inscrições ativas da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Ceará, a de número 1.094, adquiriu R\$ 391 em livros jurídicos no estande do Senado instalado na VI Bienal Internacional do Livro do Ceará, que ocorre até o dia 7 de setembro, em Fortaleza. Mas ele não foi o recordista de compras até o momento. O professor de vários cursos de doutorado da Universidade Federal do Ceará e de cursos de mestrado da Universidade Estadual do Ceará, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, investiu R\$ 639 em publicações de cunho histórico editadas pelo Conselho Editorial da Casa.

O diretor-executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e coordenador da Comissão das Feiras do Livro, Júlio Pedrosa, explicou que o perfil do visitante do estande do Senado em eventos literários é de estudantes de Direito, advogados, juizes e outras pessoas voltadas para a área de Direito. Além deles, acrescentou, muitos historiadores procuram os livros do Conselho Editorial.

Já o expositor Britto Gomes,

coordenador gráfico do Conselho Editorial, informou que as vendas, até o momento, têm superado as expectativas. Ele está comparando o volume de negócios efetuados no estande ao das maiores bienais, como as de Salvador e São Paulo. Outra novidade na Bienal do Ceará deste ano foi o crescimento da procura pelos títulos de cunho histórico, cultural, político e social. As publicações referentes à legislação, como a Constituição federal e os livros de Direito Civil e Penal são os preferidos sobretudo pelos profissionais da área de Direito e candidatos a cargos públicos.

– Visito o estande do Senado em todas as bienais que freqüento. Sou fascinado pelas edições da Casa. Toda faculdade de Direito deveria ter em sua biblioteca várias dessas coleções de Direito Civil e Penal que estão à venda aqui – afirmou José Feliciano.

Ele levou para casa cinco exemplares da Lei de Imprensa, oito Constituições federais e os títulos *A Propriedade*, de José de Alencar; *Estudos de Direito*, de Tobias Barreto; *Menores e Loucos em Direito Criminal*, também de Tobias Barreto; e *Nota Promissória*, de Antonio Magarino Torres.

Jornalistas debatem mídia e Legislativo

As jornalistas Tereza Cruvinel, colunista de política do jornal *O Globo*, e Eliane Cantanhede, diretora de redação da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília, confirmaram participação no 1º Ciclo de Palestras "O Parlamento Brasileiro: Passado, Presente e Futuro", promovido pelo Senado e pela Câmara, no período de 13 a 17 de setembro. Elas vão integrar a mesa-redonda sobre mídia e Poder Legislativo, no dia 17, que contará ainda com a presença do cientista político Paulo Kramer.

O ciclo de palestras é voltado para jovens jornalistas que iniciam suas carreiras na cobertura política e ocorrerá em sistema de videoconferência, por meio do programa Interlegis, em parceria com as assembleias legislativas estaduais.

De acordo com as vagas disponíveis nos auditórios, poderão também participar alunos de último ano dos cursos de Comunicação Social, Ciências Políticas e História. A maior parte das palestras será ministrada por consultores do Senado e da Câmara, além de especialistas em temas como a origem histórica do Parlamento, o bicameralismo e as relações entre mídia e Poder Legislativo.

As pré-inscrições podem ser feitas até 8 de setembro, na página do Senado Federal – www.senado.gov.br –, da Câmara dos Deputados – www.camara.gov.br – e do programa Interlegis – www.interlegis.gov.br.

Virgílio presta homenagem à Rede Amazônica

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) prestou ontem homenagem à Rede Amazônica de Rádio e Televisão, pelo aniversário de 32 anos da emissora.

Em especial, o senador homenageou o jornalista Philippe Daou, referindo-se ao pioneirismo de Daou, que levou a antiga emissora do estado a ser concessionária da TV Globo.

A Rede Amazônica de Televisão, a primeira geradora em cores no Brasil, é transmitida hoje em canal aberto, em Brasília. "O Amazon Sat encanta o Brasil com a beleza da cultura da minha região", disse.

Lúcia Vânia comemora os 25 anos da Lei da Anistia

■ A senadora considera que a promulgação da lei foi um marco na história política recente do Brasil

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que a anistia política concedida aos opositores da ditadura militar completou 25 anos no último mês. A parlamentar considera que a promulgação da Lei da Anistia pelo presidente João Baptista Figueiredo foi um dos mais importantes episódios da história política recente do Brasil, porque permitiu que milhares de exilados voltassem ao país, restituiu mandatos cassados e possibilitou que as vítimas da repressão saíssem da clandestinidade.

Lúcia Vânia destacou que



CICATRIZES Para Lúcia Vânia, as marcas deixadas pela repressão devem servir de alerta ao país

apesar de incompleta – não puniu torturadores nem esclareceu o desaparecimento de mais de 400 pessoas – a Lei da Anistia marcou o início da redemocratização do país.

– A partir da promulgação dessa lei, a sociedade brasileira

se fortaleceu no entendimento da luta travada a favor dos direitos humanos – disse.

A senadora lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou lei em 1995 reconhecendo a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos por motivo político entre 1961 e 1979. O ex-presidente também foi responsável por lei que, em 2002, passou a prever pagamento de indenizações a perseguidos políticos entre 1946 a 1988.

– Este não é, entretanto, um processo que possa ser encerrado com indenizações financeiras. Há feridas que não cicatrizam nunca e essas feridas devem servir de alerta para que o Brasil não permita que torne a ocorrer um episódio cujas marcas levarão ainda muito tempo para serem afastadas da memória do povo – afirmou.



MOBILIZAÇÃO Manifestação da sociedade pela anistia na Praça da Sé, centro de São Paulo, em 1979

Passo essencial para a abertura política

Aprovada em 23 de agosto de 1979 no Congresso Nacional, em votação histórica, a Lei da Anistia foi um dos últimos passos dados pelo governo militar em direção ao fim do regime instaurado em 1964. A lei fez parte de um plano traçado em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel de iniciar a abertura política, ainda que de forma "lenta, gradual e segura". O ponto final

dessa abertura seria a entrega da Presidência a um civil, o que só ocorreu em 1985, quando José Sarney assumiu o governo, devido à doença do presidente eleito Tancredo Neves.

Ainda em 1979, milhares de exilados, muitos dos quais políticos que se tornaram influentes nos anos seguintes, voltaram ao Brasil. Em 1995, o então presidente Fernando

Henrique Cardoso promulgou a Lei 9.140, que reconheceu a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos por motivação política entre 1961 e 1979. Em novembro de 2002, foi sancionada outra lei, a 10.559, que previu o pagamento de indenizações para perseguidos políticos entre 1946 e 1988, aprofundando o que começou em 1979, com a Lei da Anistia.

Direitos humanos são tema de debate

"Educação em Direitos Humanos" será o tema de videoconferência a ser realizada hoje pelo Interlegis, com a presença de representantes do governo federal. O objetivo é obter sugestões para aprimorar a primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, elaborado por uma comissão que contou com a participação de organizações da sociedade civil.

Estarão no auditório do Interlegis, das 9h às 12h, representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Educação e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Nas assembleias legislativas de todo o país haverá, nesse horário, salas com os equipamentos necessários para uma participação interativa no debate.

O plano nacional reunirá diretrizes sobre o tema para o ensino superior, a educação básica dos profissionais em justiça e segurança pública e para os meios de comunicação.

Enéas Faria morre em Curitiba

O ex-senador Enéas Faria morreu ontem em Curitiba, aos 63 anos, vítima de câncer. Profissional da área de comunicação, Faria foi primeiro-secretário do Senado entre 1985 e 1986, além de membro titular das Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Municípios e suplente das Comissões de Agricultura e de Serviço Público.

Líder estudantil, ele foi vereador, deputado estadual (mais votado do Paraná em 1974) e deputado federal. Quando o então senador José Richa foi eleito governador do Paraná, em 1983, Faria, como suplente, assumiu a cadeira no Senado. Nas eleições seguintes, foi eleito primeiro suplente do ex-senador Affonso Camargo. Enéas Faria abandonou a vida pública em 1996 e voltou a se dedicar às atividades no rádio, jornal e televisão.

Filiado ao PMDB na maior parte de sua vida pública, Faria lutou pela redemocratização do país, como no movimento das Diretas Já.

Fotos: Célio Azevedo



HOMENAGEM Na presença de senadores, Sarney recebe, em solenidade no Salão Nobre da Casa, o presidente Joaquim Chissano e sua comitiva

Sarney apóia decisão de Lula de perdoar dívida de Moçambique

■ Presidente do Senado lembra a contribuição que países africanos deram à formação do Brasil

O presidente do Senado, José Sarney, apoiou ontem a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de perdoar a dívida de Moçambique com o Brasil, após receber o presidente daquele país, Joaquim Alberto Chissano, e comitiva, no Salão Nobre da Casa. Parte dos recursos de que o Brasil abre mão serão aplicados no combate

à Aids e outros programas de fundo social em Moçambique. Sarney ressaltou que a posição do governo é uma demonstração de que o Brasil tem consciência de seus deveres para com as nações africanas, pela contribuição que deram à formação do país.

– A África é um continente à margem do progresso mundial, porque os países ricos não estão interessados no seu desenvolvimento, mas o Brasil tem que estar. Somos o maior país mestiço do mundo e temos uma população negra muito grande, nossa cultura popular tem origens africanas.

O presidente Joaquim Chissano afirmou que o perdão da dívida pelo governo brasileiro “tem um significado político muito importante para os países pobres e a correção dos desequilíbrios do processo de globalização; é um chamamento para que outros países acertem essas dívidas, permitindo aos países subdesenvolvidos iniciar nova era”.

Chissano informou que há múltiplas possibilidades de investimentos brasileiros em seu país, especialmente na agricultura, agroindústria e mineração.

Os senadores Cristovam Bu-

arque (PT-DF), Fernando Bezerra (PTB-RN), Edison Lobão (PFL-MA) e João Ribeiro (PFL-TO) acompanharam o encontro entre Sarney e Chissano. Também estavam presentes a embaixadora do Brasil em Maputo, Leda Lúcia Camargo, o embaixador moçambicano em Brasília, Amadeu da Conceição, e os ministros moçambicanos dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Leonardo Santos Simão, e da Defesa, Segurança e Interior, Almerino da Cruz Manhenje; o diretor nacional do Protocolo, Alberto Mavarenque; e o secretário particular de Chissano, Elias Zimba.

Comissão do Mercosul debate internalização de normas

A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) promovem hoje, na Câmara, o “Seminário sobre Internalização de Normas Mercosul”.

O primeiro painel, às 10h, tratará da “Aprovação de normas pelo Congresso”. A professora de Direito da Universidade de São Paulo Maristela Basso falará sobre “Aplicação

das normas Mercosul no plano interno”; a consultora do Senado Maria Claudia Drummond abordará a “Atuação da CPC na aprovação dos acordos Mercosul”; e o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), presidente da comissão, debaterá a “Atuação da CPC com a implementação da consulta parlamentar”.

Às 15h, haverá o segundo painel, sobre “Internalização das normas que não demandam aprovação

legislativa”. O consultor jurídico do MRE Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros vai falar sobre “Incorporação direta das normas do Mercosul pelos ordenamentos jurídicos dos Estados-partes”; o consultor legislativo da Câmara João Ricardo Carvalho de Souza abordará “O avanço constitucional para a recepção imediata das normas Mercosul”; e o diretor-adjunto do Departamento de Cooperação

Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Márcio Garcia, falará sobre “A Constituição federal e a aprovação de tratados”.

O último tema, “O papel do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul (FCES) e seu funcionamento”, estará a cargo do coordenador brasileiro do foro, Valdir Vicente de Barros. O seminário será realizado no Plenário 3 do Anexo II da Câmara.

Patrícia leva experiência de CPI a países europeus

Convidada a falar sobre a experiência da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e da CPI da Exploração Sexual, durante visita à Espanha, Itália e França, a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) iniciou ontem programação de reuniões de trabalho e audiências com entidades e autoridades envolvidas na causa da infância.

A senadora encontrou-se com o coordenador-geral da organização não-governamental (ONG) Save The Children, na Espanha, Alberto Soteres. A entidade está presente em 29 países, nos quais executa mais de cem programas. “Conversamos, entre outras coisas, sobre a possibilidade de fazermos uma publicação sobre violência sexual, destinada a todos que lidam com a realidade de crianças e adolescentes, tais como conselheiros tutelares, profissionais de saúde e de educação”, informou.

Hoje, Patrícia visita o comitê espanhol do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), onde será recebida pelo coordenador-geral de programas, Juan Mérin. Amanhã, ela se reúne com defensores do menor da comunidade de Madri. Em seguida, segue para Itália e França.

Nos dias 13 e 14 de setembro, a senadora estará em Genebra, onde integrará a delegação brasileira que apresentará relatório de implementação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança para as Nações Unidas, durante a 37ª Sessão do Comitê dos Direitos da Criança. A delegação será chefiada pelo secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e contará com a presença de diversos integrantes do governo federal.



MISSÃO Patrícia Saboya manterá encontro com representantes do Unicef na Itália, Espanha e França